

**VOTO****PROCESSO: 00058.059940/2012-91****INTERESSADO: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.****DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA****ANEXO**

| MARCOS PROCESSUAIS   |                          |                  |                       |                         |                   |               |                                     |                    |                 |                                      |                  |
|----------------------|--------------------------|------------------|-----------------------|-------------------------|-------------------|---------------|-------------------------------------|--------------------|-----------------|--------------------------------------|------------------|
| NUP                  | Crédito de Multa (SIGEC) | Data da Infração | Auto de Infração (AI) | Data da Lavratura do AI | Notificação do AI | Defesa Prévia | Decisão de Primeira Instância (DC1) | Notificação da DC1 | Pedido de Vista | Multa aplicada em Primeira Instância | Envio do Recurso |
| 00058.059940/2012-91 | 647863158                | 07/05/2012       | 831/2012              | 10/05/2012              | 23/08/2012        | 14/09/2012    | 30/09/2014                          | não há             | 24/06/2015      | RS 17.500,00                         | 29/06/2015       |

**Enquadramento:** Artigo 289, inciso I, da Lei 7.565/1986, c/c art. 21 da Resolução ANAC nº 09/2007 e anexo III, inciso IV, item 5 da Resolução ANAC 25/2008.

**Infração:** Deixar de respeitar prioridade para o embarque dos passageiros que necessitam de assistência especial.

**Proponente:** Thaís Toledo Alves – SIAPE 1579629 (Portaria Nomeação Membro Julgador ANAC nº 453, de 08/02/2017)

**1. INTRODUÇÃO**

1.1. Trata-se de recurso interposto pela empresa **AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.**, em face da Decisão proferida no curso do processo administrativo sancionador, discriminado no quadro acima, que individualiza a materialidade infracional e retrata os marcos relevantes para o trâmite e regularidade processual.

1.2. O AI descreve que:

Verificou-se, durante a fiscalização que a empresa supracitada, durante o embarque do voo 4061 (hotran: 15h37min) pelo portão B deixou de respeitar a prioridade para o embarque dos passageiros que necessitam de assistência especial, permitindo que passageiros não elencados no art 2º da Res 009 de 05/06/07 embarcassem na sua frente, apesar de os passageiros estarem na fila de prioridades para o embarque no voo em tela.

Desta forma a empresa supracitada descumpriu o disposto no art. 21 da resolução 009, de 05 de junho de 2007.

Nº DO VOO :4061 DATA DO VOO : 07/05/2012

**2. HISTÓRICO**

2.1. **Relatório de Fiscalização** - A fiscalização descreveu as circunstâncias da constatação da ocorrência na qual a empresa aérea não respeitou a prioridade de embarque dos passageiros com necessidade especial no aeroporto de Viracopos.

2.2. **Defesa do Interessado** - A empresa alega que estabelece procedimentos através de seu MGA (Manual Geral de Aeroportos), no qual são detalhados a todos os funcionários os procedimentos de atendimento e documentação de passageiros. No intuito de comprovar que cumpre todos estes requisitos, anexa parte do mencionado MGA. Reforça que empresa cumpre rigorosamente todas as orientações concernentes às normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como treina seu pessoal para lidar com tais clientes, estando em conformidade com a legislação vigente. Assim, requer o arquivamento imediato do AI.

2.3. **Decisão de Primeira Instância** - O setor competente, em motivada de Decisão de Primeira Instância, (fls. 10/13), rebateu todos os argumentos de defesa prévia e confirmou o ato infracional, enquadrando a referida infração no art. 21 da Resolução nº 09 de 05/06/2007 c/c com o item 5 do inciso IV do anexo III da Resolução nº 25 de 25/04/2008 e com o art. 289, inciso I, da Lei nº 7.565/1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), por deixar de respeitar o embarque prioritário de passageiros portadores de necessidades especiais, aplicando multa no patamar médio, no valor de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais), por não haver circunstâncias atenuantes e agravantes que possam influir na dosimetria da sanção.

2.4. **Do Recurso** - Em grau recursal a empresa alega:

I - Inexistência da prática infratora - que não infringiu legislação específica e que na verdade tem-se um equívoco representado pela deturpação da lícita conduta da recorrente e pela atribuição à mesma de uma abusividade inexistente.

II - Vício na descrição objetiva dos fatos- que a ausência de um dos requisitos obrigatórios à formalização do auto de infração - descrição objetiva da infração - inciso II do artigo 8º da Resolução nº 25, de 25/04/2008 enseja a sua nulidade, que deve ser reconhecida pela autoridade competente, haja vista que a descrição da infração encontra-se incompleta. Traz decisão da Junta Recursal à título exemplificativo de cancelamento de sanção pela existência de vício na descrição fática do auto de infração. Reclama que o fato tal como descrito no auto de infração impede a busca da verdade real e a formação do convencimento do julgador.

III - Suposto descumprimento do artigo 21 da Resolução nº 09 da ANAC, de 05 de junho de 2007 - que a Resolução nº 009/2007 encontra-se revogada pela Resolução nº 280, de 11 de julho de 2013 e ressalta que a AZUL sempre procurar atender seus clientes da melhor maneira possível, tratando-os com a atenção e o respeito que merecem tendo no caso em tela garantido o embarque prioritário aos clientes que faziam parte desse direito. Alega que a empresa sempre realiza a chamada dos passageiros prioritários por meio de *speech* de acordo com o Manual Geral de Aeroportos e pauta-se na boa-fé contratual.

IV - Exagerado valor arbitrado a título de multa - que a multa imposta não pode prevalecer por absoluta exorbitância do quantum fixado e pela inobservância dos preceitos legais aplicáveis à espécie;

V - Ausência dos requisitos essenciais para a fixação do valor arbitrado - elucida que a decisão recorrida carece de fundamentação no que diz respeito aos critérios utilizados para a fixação da punição. Cita digressão relativa à Defesa do Consumidor que não tem correlação com a infração regulatória apurada no processo, de forma a restar incoerente e desconexo o argumento apresentado pela defesa. Cita Zanella de Pietro e Bandeira de Mello a fim de demonstrar que ilegítima se irrazoável a decisão, o que ocorreria quando: **a)** não dê fundamentos de fato ou direito que a sustentassem; **b)** não considere fatos constantes do expediente públicos ou notórios e, **c)** não guarde proporção adequada entre os meios que emprega e o fim que a lei deseja alcançar. Com isso, evoca o art. 64 da Lei 9.784/1999 para pleitear a anulação da decisão de primeira instância.

2.5. Assim, finalmente, requereu a concessão do efeito suspensivo ao recurso, anulação do Auto de Infração e o arquivamento do respectivo processo administrativo ou, alternativamente, a redução da multa ao patamar mínimo.

2.6. **É o relato.**

## VOTO

Conheço do Recurso vez que presentes seus pressupostos de admissibilidade e tempestividade, recebendo-o em efeito suspensivo (art. 16 da Res. ANAC 25/2008).

## 3. PRELIMINARES

3.1. Considerando os documentos constantes nos autos, em que pese ausência de Aviso de Recebimento referente à Decisão de Primeira Instância, houve comparecimento espontâneo do interessado no feito. O comparecimento espontâneo supre a suposta falta ou regularidade da intimação, nos termos §5º do art. 26 da Lei nº 9.784/1999:

Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

(...)

**§ 5º As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.**

(destacamos)

3.2. Ademais, registra-se que o entendimento encontra respaldo no Parecer 0168/2015/DDA/PFANAC/PGF/AGU ("*nos termos do art. 239, §1º do CPC, o comparecimento espontâneo no feito supra a falta ou nulidade da notificação, fluindo a partir desta data os prazos que forem pertinentes*"), ficando, *in casu*, eleita a data de pedido de vistas e cópias do presente processo à fl. 45, em **24/06/2015**, como marco válido, o que também restou consignado daquela análise. Tendo isso ocorrido, permite-se a subsunção da presente hipótese tanto aos termos do parecer quanto do citado art. 26, §5º, da Lei 9.784/1999.

3.3. Assim, julgo o processo apto à decisão de segunda instância administrativa por parte desta ASJIN.

## 4. FUNDAMENTAÇÃO: MÉRITO E ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES DO INTERESSADO

4.1. **Fundamentação da Matéria** - A empresa foi autuada porque deixou de respeitar a prioridade para o embarque dos passageiros que necessitam de assistência especial, contrariando o disposto no art. 21 da Resolução nº 009, de 05 de junho de 2007.

4.2. A infração foi enquadrada no artigo 289, inciso I, da Lei nº 7.565/1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA), c/c art. 21 da Resolução ANAC 09/2007 e Anexo III, inciso IV, item 5 da Resolução nº 25/2008.

4.3. Conforme o citado artigo 289 do CBA, depreende-se que sempre que identificada infração aos preceitos ali constante, **ou legislação complementar**, sujeitar-se-á o infrator à providência administrativa de multa. O artigo 1º, §3º, por sua vez, define que "*a legislação complementar é formada pela regulamentação prevista neste Código, pelas leis especiais, decretos e normas sobre matéria aeronáutica*". Em interpretação sistêmica, observa-se que o art. 5º, da Lei 11.182/2005 – Lei de Criação da ANAC – erigiu a autarquia como autoridade de aviação civil assegurando-lhe as prerrogativas necessárias ao exercício adequado de sua competência. Dentre aquelas prerrogativas está o poder para editar e dar publicidade às instruções e regulamentos necessários à aplicação da própria Lei 11.182/2005 (art. 8º, inciso XLVI). Em consonância para com aquela competência, a ANAC editou em 2007 a Resolução 09/2007, que dispõe sobre o acesso ao transporte aéreo de passageiros que necessitam de assistência especial.

4.4. Com esta digressão é possível concluir pela técnica da exegese sistêmico-integrativa que a Resolução ANAC 09/2007 se enquadra no escopo da legislação complementar referida no caput do art. 289 do CBA, uma vez que a partir de 2005 a ANAC se tornou a autoridade de aviação civil. Assim, à Autarquia estão asseguradas as respectivas competências de atuação e fiscalização.

4.5. É dizer que a Lei nº. 11.182/2005, ao criar o órgão regulador, concedeu-lhe competência para regular e fiscalizar os serviços aéreos e a outorga destes serviços, em conformidade, respectivamente,

com o inciso X e o XIII, ambos do artigo 8º do citado diploma legal. No exercício de sua fiscalização, a ANAC se utiliza do disposto no inciso I do artigo 289 do CBA, o qual lhe confere a possibilidade da aplicação de “multa” como uma das providências administrativas possíveis. O descumprimento aos regulamentos por ela editados (e fiscalizados) é uma dessas hipóteses. Significa dizer que o descumprimento dos preceitos constantes de normatização editada pela ANAC, autoridade de aviação civil, subjugua nos termos daquele dispositivo o infrator à sanção de multa ali prevista.

4.6. Neste sentido, uma vez que um dos agentes da ANAC, mediante fiscalização (poder de polícia da agência) identifique que determinada empresa deixou de embarcar passageiro que necessita de assistência especial prioritariamente (o que fere o art. 21 da Resolução ANAC 09/2007), caracterizada está o descumprimento à legislação complementar, e, portanto, sustentável a lavratura do auto de infração e subsequente aplicação de multa.

4.7. Por fim, cabe ressaltar que o Código Brasileiro de Aeronáutica dispõe, em seu art. 295 que a multa será imposta de acordo com a gravidade da infração. Nesse sentido, a Resolução nº 25/2008, que dispõe sobre o processo administrativo para a apuração de infrações e aplicação de penalidades no âmbito da competência da Agência Nacional de Aviação Civil, determina em seu art. 22 que sejam consideradas as circunstâncias agravantes e atenuantes na imposição da penalidade pecuniária.

4.8. Importante também para o caso que se lastreie o **conceito de embarque**, já que elemento essencial para a aferição da mácula (e consequente infração) ao preconizado pelo art. 21 da Resolução 09/2007, que caracteriza a conduta infracional praticada no caso *sub examine*. A esse respeito, temos que o artigo 233, §1º, da Lei 7.565/1986 estabelece o conceito, senão vejamos:

**Lei nº 7.565/1986**

*Art. 233. A execução do contrato de transporte aéreo de passageiro compreende as operações de embarque e desembarque, além das efetuadas a bordo da aeronave.*

*§ 1º Considera-se operação de embarque a que se realiza desde quando o passageiro, já despachado no aeroporto, transpõe o limite da área destinada ao público em geral e entra na respectiva aeronave, abrangendo o percurso feito a pé, por meios mecânicos ou com a utilização de viaturas.*

*§ 2º A operação de desembarque inicia-se com a saída de bordo da aeronave e termina no ponto de interseção da área interna do aeroporto e da área aberta ao público em geral.*

*(Destacamos)*

4.9. Portanto, verifica-se que embarque é um ato complexo que se inicia com o despacho do passageiro no aeroporto, transposição do limite da área destinada ao público em geral, abrangendo o percurso feito a pé, por meios mecânicos ou com a utilização de viaturas e **se consuma com a entrada na aeronave**. Note que o dispositivo é claro ao passo lança mão da expressão **“e entra na respectiva aeronave”**. Este é justamente o **marco para caracterizar a “consumação” do embarque**, qual seja, a **efetiva entrada na aeronave**.

4.10. Não se pode falar em embarque, nos termos do art. 233 do CBA, enquanto o passageiro não tenha efetivamente adentrado a aeronave. É possível, sim, que despacho do passageiro no aeroporto, a transposição do limite da área destinada e o percurso feito a pé (ou por meios mecânicos ou com a utilização de viaturas) seja entendido como processo de embarque, mas este somente finaliza e se concretiza definitivamente, diga-se, configurará um ato perfeito no momento em que o passageiro tenha entrado na aeronave. A lei é clara; o embarque, por definição, só se consuma quando o passageiro entra na aeronave.

4.11. **Conforme consta dos autos, a empresa aérea não cumpriu a obrigação de embarcar prioritariamente os passageiros que necessitam de assistência especial durante o embarque do voo 4061, pelo portão B, no Aeroporto de Viracopos, em 07/05/2012, restando evidente que a conduta descrita coaduna-se à capitulação feita: art. 289, inciso I, da Lei nº 7.565, de 19/12/1986, c/c art. 21 da Resolução ANAC nº 09, de 05/06/2007, c/c Anexo III, inciso IV, item 5, da Resolução nº 25, de 25/04/2008.**

**4.12. Das Alegações do Interessado**

4.13. **Quanto aos argumentos trazidos em defesa prévia** entendo que as alegações da recorrente foram apreciadas e rebatidas pelo setor competente em decisão de primeira instância. Não obstante, respaldada pelo §1º, do art. 50, da Lei 9.784/1999, reitero e adoto como minhas aquelas razões, tornando-as parte integrante deste arrazoado.

4.14. **No que tange aos argumentos I e III do recurso administrativo - inexistência de prática infratora e suposto descumprimento do artigo 21 da Resolução nº 09 da ANAC, de 05 de junho de 2007 - faz-se necessário destacar que a mera alegação da empresa aérea destituída da necessária prova não tem o condão de afastar a presunção de veracidade que favorece o ato da Administração. A autuação é ato administrativo que possui em seu favor presunção de legitimidade e certeza e cabe ao interessado a demonstração dos fatos que alega, nos termos do art. 36 da Lei 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal:**

**Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999**

*Art. 36 Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução e do disposto do art. 37 desta lei.*

4.15. A presunção de legitimidade e legalidade dos atos administrativos advém do fato de que todos os atos devem estrito cumprimento em conformidade com a lei e de veracidade, por serem dotados da chamada fé pública. “Trata-se de presunção relativa (juris tantum) que, como tal, admite prova em contrário. O efeito prático de tal presunção é o de inverter o ônus da prova”. (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2001, página 72).

4.16. Neste espeque, com relação à materialidade do fato descrito e apurado como infração no bojo do processo, qual seja o desrespeito à prioridade de embarque de passageiros que necessitam de assistência especial garantida pela Resolução ANAC 09/2007 (art. 21), cabe asseverar que falhou a empresa em sua defesa em demonstrar cabalmente o cumprimento. Restou claro do relatório de fiscalização, bem como do AI que a empresa não garantiu a entrada das prioridades na aeronave.

4.17. Ademais, esclareço que na data do fato apurado no bojo deste processo, dia **07/05/2012**, a Resolução nº 009/2007 não se encontrava revogada pela Resolução nº 280, de 11 de

julho de 2013, pois este normativo somente entrou em vigor em 12 de janeiro de 2014, conforme redação do art. 44, *in verbis*:

**Resolução nº 280, de 11 de Julho de 2013.**

Art. 44. Esta Resolução entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

4.18. Nesse sentido há orientação expressa da Procuradoria Federal Junto à ANAC, via Memorando-Circular nº 5/2017/PF-ANAC (constante do Processo nº 00058.541070/2017-12), para a aplicação interna do Parecer nº 28/2015/DEPCONSU/PGF/AGU, aprovado pelo Procurador-Geral Federal, bem como o Parecer nº 296/2017/PROT/PFEANAC/PGF/AGU, que concluiu pela inaplicabilidade do princípio da retroatividade de norma mais benéfica às sanções administrativas impostas pela Agência Reguladora, aplicando-se ao fato a norma vigente à época de sua ocorrência.

4.19. **Quanto ao argumento II do recurso administrativo - vício na descrição objetiva dos fatos** - observa-se que, o autuado foi identificado, **a infração foi descrita de forma objetiva**, demonstrou-se o normativo infringido, indicou-se o prazo para defesa, autuante identificado e assinado, inclusive com aposição de carimbo demonstrando o cargo, local, data e hora tanto da autuação quanto da data da prática da infração - que são exatamente os requisitos impostos pelo artigo art. 8º, da Res. ANAC 25/2008.

4.20. Assevero que a autuação e aferição por parte da fiscalização é revestida pela presunção de veracidade, nos termos da doutrina administrativa e art. 36 da Lei 9.784/1999. Pode-se dizer que os atos emanados do Estado, independente de qual seja sua natureza, presumem-se verdadeiros até prova em contrário. A própria Constituição do Brasil em seu inciso II, art. 19, estabelece que declarações e informações suas gozam de fé pública. Vejamos; se não se pode recusar a fé dos documentos é lógica a interpretação de que isso implica que os documentos (e atos) da Administração reputam-se (presumem-se) válidos. Considerado isso, e atestado que o art. 8º, da Res. ANAC 25/2008 foi cumprido na integralidade, vejo que o argumento da empresa não merece prosperar.

4.21. No que tange à alegação da empresa aérea de que há precedente da Junta Recursal no processo nº 60800.01720/2010-09 entendo que não há correlação com o caso ora em análise visto que naquele houve inexistência de enquadramento conforme redação trazida pela própria recorrente.

4.22. O campo “histórico da infração” do Relatório de Fiscalização registrou expressamente que durante o embarque do voo 4061, pelo portão B, no Aeroporto de Viracopos, a empresa deixou de respeitar a prioridade para o embarque dos passageiros que necessitam de assistência especial, permitindo que passageiros não elencados no art 2º da Res 009 de 05/06/07 embarcassem na sua frente, apesar de os passageiros estarem na fila de prioridades para o embarque no voo em tela, o que permite a subsunção específica a conduta proibitiva erigida pelo art. 21 da Resolução ANAC 09/2007. E, novamente, essa aferição do fiscal conta com a presunção de veracidade. Se fosse, o caso, poderia ter a recorrente trazido ao processo elementos probatórios que demonstrassem material e documentalmente o contrário. Mas não foi o que ocorreu.

4.23. Assim, entendo que não houve afronta à ampla defesa (CF, art. 5º, LV) e devido processo legal (CF, art. 5º, LIV), pois a descrição dos fatos foi objetiva e suficiente para a construção da defesa e respeito dos princípios aqui citados, assim, afasto as razões da defesa quanto a esse quesito.

4.24. **No tocante aos argumentos IV e V do recurso administrativo de que o valor da multa imposta é excessiva e desproporcional e que a decisão recorrida carece de fundamentação no que diz respeito aos critérios utilizados para a fixação da punição.** A esse respeito, Celso Antônio Bandeira de Mello ensina que a finalidade das sanções relacionadas às infrações administrativas é desestimular a prática das condutas censuradas ou constranger ao cumprimento das obrigatórias, intimidando eventuais infratores. Todas as multas administrativas devem cumprir função intimidadora e exemplar, mas existem as que se limitam a esta função, e outras que buscam também ressarcir a Administração de algum prejuízo causado (multas ressarcitórias) como também as que apresentam caráter cominatório, se renovando continuamente até a satisfação da pretensão, obrigando o administrado a uma atuação positiva (astreinte). (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 24ª., São Paulo, Malheiros Editores, 2012, p. 864/865 e p. 879).

4.25. Daí a compreensão de que no processo administrativo sancionatório impera o livre convencimento do Fiscal-Regulador dentro da discricionariedade motivada e cotejo para com a finalidade específica a ser atingida com a eventual sanção a ser aplicada caso-a-caso. Esta finalidade, por sua vez, posta-se adstrita aos patamares firmados por norma de aplicação cogente e *erga omnes*, qual seja a tabela de valores dos Anexos da Resolução ANAC 25/2008. Dispõe o Anexo III, inciso IV, item 4, da Resolução ANAC 25, de 25/04/2008, os valores da multa à empresa aérea no tocante à facilitação do transporte aéreo, por não disponibilizar veículos equipados com elevadores ou outros dispositivos apropriados para efetuar, com segurança, o embarque e desembarque de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

4.26. É incoerente falar em ausência de fundamentação do *quantum* da fixação da base da sanção uma vez que o próprio fundamento para a aplicação da sanção foi a própria prática, por parte da autuada, de ato infracional previsto na legislação (devidamente constatado/apurado no caso, como bem mostram os autos). A partir disso, a dosimetria pode ser entendida como ato vinculado aos valores e patamares estabelecidos no anexo da Resolução 25/2008 e dali a Administração não pode extrapolar, vez que subjugada ao princípio constitucional da estrita legalidade. É dizer que em razão da taxatividade da norma e pelo fato de a Administração Pública pautar-se pelo princípio da legalidade, impossível que a Agência aplique atenuantes de forma arbitrária já que deve o autuado se adequar aos requisitos da norma.

4.27. Por este motivo, entendo que os argumentos de defesa de ausência de fundamentação e arbitrariedade da dosimetria da multa não devem prosperar. Pelo contrário, há, sim, fundamento pra aplicação da multa e uma vez aferido o ato infracional, os patamares de aplicação constantes do anexo da Resolução 25/2008 (públicos e notórios, vez que integrantes de norma vigente e pública) vinculam a unidade julgadora.

4.28. Se houve a constatação da infração, este é o motivo para a aplicação da sanção. Se houve aplicação de sanção, os anexos da Resolução 25/2008 estabelecem os patamares de aplicação que não podem ser extrapolados pela unidade julgadora – e, no caso, efetivamente não houve extrapolação. Pelo contrário; aplicou-se inclusive o valor mediano. Pelo fato de isto restar configurado dos autos, em especial pelo entendimento supra de a dosimetria (patamares de multa) ter supedâneo normativo (Anexo da

Resolução ANAC 25/2008), entendendo que a alegação da defesa não merece prosperar.

4.29. Isso posto, conclui-se que as alegações do interessado não foram eficazes para afastar a aplicação da sanção administrativa. Resta configurada a infração apontada pelo AI.

## 5. DOSIMETRIA DA SANÇÃO

5.1. Verificada a regularidade da ação fiscal, deve-se verificar a possibilidade de correção do valor da multa aplicada como sanção administrativa ao ato infracional imputado. O **Código Brasileiro de Aeronáutica** dispõe, em seu **art. 295** que a multa será imposta de acordo com a gravidade da infração. Nesse sentido, a Resolução nº 25/2008, que dispõe sobre o processo administrativo para a apuração de infrações e aplicação de penalidades no âmbito da competência da Agência Nacional de Aviação Civil determina em seu **art. 22** que sejam consideradas as circunstâncias agravantes e atenuantes na imposição da penalidade pecuniária.

5.2. Com relação à dosimetria da penalidade pecuniária para a infração cometida por pessoa jurídica, a previsão da Resolução ANAC nº 25, de 25 de abril de 2008 (Tabela de Infrações do Anexo III, inciso IV, item 5), relativa à conduta descrita neste processo, é a de aplicação de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no patamar mínimo, R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais) no patamar intermediário e R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) no patamar máximo.

5.3. **ATENUANTES** - No caso em tela, não se vislumbra a possibilidade de aplicação de qualquer condição atenuante dentre aquelas dispostas nos incisos do §1º do artigo 22 da Resolução nº 25/08, pois, conforme consulta diligenciada ao SIGEC – Sistema Integrado de Gestão de Créditos da ANAC (SEI 1462236), que se faz juntar aos autos, identifica-se que houve condenação em definitivo para infração cometida pela empresa no ano anterior à ocorrência, como por exemplo os **créditos de multa nºs 641.040.145 e 641.236.140, datados em 05/04/2012 e 07/03/2012.**

5.4. **AGRAVANTES** - Por sua vez, não se verifica a pertinência da aplicação da nenhuma circunstância agravante das dispostas no § 2º, do Artigo 22 da Resolução nº. 25/08, ao caso ora em análise.

5.5. Nos casos em que **não há agravantes, nem atenuantes, ou quando estas se compensem, deve ser aplicado o valor médio** da tabela em anexo à Resolução nº 25/2008.

5.6. **DA SANÇÃO A SER APLICADA EM DEFINITIVO** - Quanto ao valor da multa aplicada pela decisão de primeira instância administrativa, diante do esposado neste arrazoadado, entendendo que cabe a **MANUTENÇÃO** do valor da multa no patamar médio de **R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais).**

## 6. CONCLUSÃO

6.1. Ante o exposto, voto pelo conhecimento e **NÃO PROVIMENTO** do Recurso, **MANTENDO** a multa aplicada pela autoridade competente da primeira instância administrativa **no valor de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais).**

6.2. É o voto desta Relatora.



Documento assinado eletronicamente por **Thais Toledo Alves, Analista Administrativo**, em 08/02/2018, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do **Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.**



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **1381781** e o código CRC **6F6A54F3**.

SEI nº 1381781

|                                                                                                                                                                                        |  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
|  <b>SIGEC :: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CRÉDITOS</b><br>Atalhos do Sistema: <b>Menu Principal</b> |  |
|                                                                                                                                                                                        |  |

:: MENU PRINCIPAL

|                                                                                                     |                                                                                            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|
|  Dados da consulta |  Consulta |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|

**Extrato de Lançamentos**

Nome da Entidade: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.

Nº ANAC: 30000069159

CNPJ/CPF: 09296295000160

+ CADIN: Não

Div. Ativa: Não - E

Tipo Usuário: Integral

+ UF: SP

| Receita | NºProcesso                | Processo SIGAD       | Data Vencimento            | Data Infração | Valor Original | Data do Pagamento | Valor Pago | Valor Utilizado | Chave | Situação | Valor Débito (R\$) |
|---------|---------------------------|----------------------|----------------------------|---------------|----------------|-------------------|------------|-----------------|-------|----------|--------------------|
| 2081    | <a href="#">625884100</a> | 60800017722201090    | <a href="#">28/01/2011</a> | 10/03/2010    | R\$ 25.000,00  | 21/10/2011        | 32.132,49  | 32.132,49       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">626474113</a> | 60800008940201033    | <a href="#">28/05/2012</a> | 20/04/2010    | R\$ 17.500,00  | 18/05/2012        | 17.500,00  | 17.500,00       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">627262112</a> | 60830000337201056    | <a href="#">10/10/2013</a> | 04/06/2009    | R\$ 4.000,00   | 07/10/2013        | 4.000,00   | 4.000,00        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">627266115</a> | 60830000319201074    | <a href="#">10/10/2013</a> | 04/06/2009    | R\$ 4.000,00   | 07/10/2013        | 4.000,00   | 4.000,00        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">627267113</a> | 60830000333201078    | <a href="#">10/10/2013</a> | 04/06/2009    | R\$ 4.000,00   | 07/10/2013        | 4.000,00   | 4.000,00        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">627268111</a> | 60830000343201011    | <a href="#">10/10/2013</a> | 04/06/2009    | R\$ 4.000,00   | 07/10/2013        | 4.000,00   | 4.000,00        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">627269110</a> | 60830000338201009    | <a href="#">10/10/2013</a> | 04/06/2009    | R\$ 4.000,00   | 07/10/2013        | 4.000,00   | 4.000,00        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">627270113</a> | 60830000327201070    | <a href="#">10/10/2013</a> | 04/06/2009    | R\$ 4.000,00   | 07/10/2013        | 4.000,00   | 4.000,00        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">627271111</a> | 60830000326201076    | <a href="#">10/10/2013</a> | 04/06/2009    | R\$ 4.000,00   | 07/10/2013        | 4.000,00   | 4.000,00        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">627272110</a> | 60830000330201034    | <a href="#">10/10/2013</a> | 04/06/2009    | R\$ 4.000,00   | 07/10/2013        | 4.000,00   | 4.000,00        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">627273118</a> | 60830000342201069    | <a href="#">10/10/2013</a> | 04/06/2009    | R\$ 4.000,00   | 07/10/2013        | 4.000,00   | 4.000,00        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">627274116</a> | 60830000339201045    | <a href="#">10/10/2013</a> | 04/06/2009    | R\$ 4.000,00   | 07/10/2013        | 4.000,00   | 4.000,00        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">627275114</a> | 60830000334201012    | <a href="#">10/10/2013</a> | 04/06/2009    | R\$ 4.000,00   | 07/10/2013        | 4.000,00   | 4.000,00        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">627276112</a> | 60830000321201043    | <a href="#">10/10/2013</a> | 04/06/2009    | R\$ 4.000,00   | 07/10/2013        | 4.000,00   | 4.000,00        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">627277110</a> | 60830000325201021    | <a href="#">10/10/2013</a> | 04/06/2009    | R\$ 4.000,00   | 07/10/2013        | 4.000,00   | 4.000,00        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">627278119</a> | 60830000318201020    | <a href="#">10/10/2013</a> | 04/06/2009    | R\$ 4.000,00   | 07/10/2013        | 4.000,00   | 4.000,00        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">627562111</a> | 60830000320201007    | <a href="#">15/07/2011</a> | 04/06/2009    | R\$ 4.000,00   | 16/08/2011        | 4.462,40   | 4.462,40        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">627944119</a> | 60800020225201079    | <a href="#">26/08/2011</a> | 14/04/2010    | R\$ 10.000,00  | 24/10/2011        | 12.140,99  | 12.140,99       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">628175113</a> | 60830000341201014    | <a href="#">13/08/2014</a> | 02/07/2009    | R\$ 10.000,00  | 16/12/2014        | 12.369,99  | 12.369,99       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">628176111</a> | 60830000332201023    | <a href="#">13/08/2014</a> | 02/07/2009    | R\$ 10.000,00  | 16/12/2014        | 12.369,99  | 12.369,99       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">628177110</a> | 60830000344201058    | <a href="#">13/08/2014</a> | 02/07/2009    | R\$ 10.000,00  | 16/12/2014        | 12.369,99  | 12.369,99       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">628178118</a> | 60830000340201070    | <a href="#">13/08/2014</a> | 02/07/2009    | R\$ 10.000,00  | 16/12/2014        | 12.369,99  | 12.369,99       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">628179116</a> | 60830000331201089    | <a href="#">13/08/2014</a> | 02/07/2009    | R\$ 10.000,00  | 26/02/2015        | 12.559,99  | 12.559,99       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">628695110</a> |                      | <a href="#">19/03/2015</a> | 01/05/2010    | R\$ 7.000,00   | 20/04/2015        | 7.809,20   | 7.809,20        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">628981119</a> | 60830000336201010    | <a href="#">16/03/2015</a> | 11/06/2009    | R\$ 10.000,00  | 20/04/2015        | 11.255,00  | 11.255,00       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">629493116</a> | 60800020891201015    | <a href="#">27/11/2014</a> | 23/06/2010    | R\$ 17.500,00  | 06/11/2014        | 17.500,00  | 17.500,00       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">629640118</a> | 60800.068285/2011-53 | <a href="#">12/12/2011</a> |               | R\$ 2.800,00   | 12/12/2011        | 2.800,00   | 2.800,00        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">629641116</a> | 60800.068283/2011-64 | <a href="#">12/12/2011</a> |               | R\$ 2.800,00   | 12/12/2011        | 2.800,00   | 2.800,00        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">630308110</a> | 60800034108201173    | <a href="#">19/09/2016</a> | 17/11/2010    | R\$ 17.500,00  | 12/01/2017        | 21.736,74  | 21.736,74       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">632254129</a> | 60800020158201092    | <a href="#">08/05/2017</a> | 14/04/2010    | R\$ 17.500,00  | 10/04/2017        | 17.500,00  | 17.500,00       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">632298120</a> | 60800178537201151    | <a href="#">14/07/2017</a> | 08/06/2009    | R\$ 10.000,00  | 06/07/2017        | 10.000,00  | 10.000,00       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">632307123</a> | 00065003057201258    | <a href="#">14/07/2017</a> | 05/10/2011    | R\$ 17.500,00  | 06/07/2017        | 17.500,00  | 17.500,00       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">633221128</a> | 60800020544201084    | <a href="#">06/07/2015</a> | 23/06/2010    | R\$ 70.000,00  | 23/06/2015        | 70.000,00  | 70.000,00       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">633526128</a> | 00065032124201241    | <a href="#">24/08/2012</a> | 07/12/2011    | R\$ 17.500,00  | 31/10/2012        | 21.269,50  | 21.269,50       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">633673126</a> | 00065057716201276    | <a href="#">31/08/2015</a> | 07/12/2011    | R\$ 70.000,00  | 10/08/2015        | 70.000,00  | 70.000,00       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">634434128</a> | 60800004126200957    | <a href="#">24/09/2015</a> | 08/06/2009    | R\$ 7.000,00   | 04/09/2015        | 7.000,00   | 7.000,00        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">634892120</a> | 60800236659201170    | <a href="#">14/12/2012</a> | 01/06/2011    | R\$ 17.500,00  | 28/12/2012        | 18.308,50  | 18.308,50       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">634954124</a> | 00065079120201227    | <a href="#">21/12/2012</a> | 29/02/2012    | R\$ 17.500,00  | 28/12/2012        | 17.904,25  | 17.904,25       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">634958127</a> | 00065079119201201    | <a href="#">15/01/2016</a> | 29/02/2012    | R\$ 17.500,00  | 17/12/2015        | 17.500,00  | 17.500,00       |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">636033135</a> | 60800056767201161    | <a href="#">08/04/2013</a> | 13/01/2010    | R\$ 3.500,00   | 03/10/2013        | 4.352,25   | 4.352,25        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">637869132</a> | 60800016706201080    | <a href="#">10/10/2016</a> | 16/07/2010    | R\$ 2.800,00   | 13/01/2017        | 3.448,47   | 3.448,47        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">638221135</a> | 60800073196201129    | <a href="#">07/11/2016</a> | 24/03/2011    | R\$ 2.800,00   | 13/01/2017        | 3.419,36   | 3.419,36        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">638250139</a> | 60800147906201164    | <a href="#">07/11/2016</a> | 02/08/2011    | R\$ 2.800,00   | 13/01/2017        | 3.419,36   | 3.419,36        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">638635130</a> | 60800036484201101    | <a href="#">09/11/2016</a> | 25/02/2011    | R\$ 2.800,00   | 13/01/2017        | 3.419,36   | 3.419,36        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">639319135</a> | 60800031899201007    | <a href="#">18/08/2016</a> | 30/09/2010    | R\$ 7.000,00   | 09/01/2017        | 8.772,39   | 8.772,39        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">639320139</a> | 60800031891201032    | <a href="#">25/07/2016</a> | 30/09/2010    | R\$ 7.000,00   | 24/10/2016        | 8.633,09   | 8.633,09        |       | PG       | 0,00               |
| 2081    | <a href="#">639321137</a> | 60800031876201094    | <a href="#">18/08/2016</a> | 30/09/2010    | R\$ 7.000,00   | 09/01/2017        | 8.772,39   | 8.772,39        |       | PG       | 0,00               |

|      |                           |                   |                            |            |               |            |           |           |      |       |
|------|---------------------------|-------------------|----------------------------|------------|---------------|------------|-----------|-----------|------|-------|
| 2081 | <a href="#">639322135</a> | 60800027141201147 | <a href="#">25/07/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 09/01/2017 | 8.857,79  | 8.857,79  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639323133</a> | 60800031893201021 | <a href="#">18/08/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 09/01/2017 | 8.772,39  | 8.772,39  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639324131</a> | 60800031903201029 | <a href="#">25/07/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 09/01/2017 | 8.857,79  | 8.857,79  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639325130</a> | 60800031932201091 | <a href="#">25/07/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 24/10/2016 | 8.633,09  | 8.633,09  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639326138</a> | 60800031894201076 | <a href="#">25/07/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 24/10/2016 | 8.633,09  | 8.633,09  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639327136</a> | 60800031887201074 | <a href="#">25/07/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 24/10/2016 | 8.633,09  | 8.633,09  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639328134</a> | 60800027161201118 | <a href="#">25/07/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 09/01/2017 | 8.857,79  | 8.857,79  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639329132</a> | 60800027582201049 | <a href="#">25/07/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 09/01/2017 | 8.857,79  | 8.857,79  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639331134</a> | 60800031855201079 | <a href="#">18/08/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 09/01/2017 | 8.772,39  | 8.772,39  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639332132</a> | 60800031838201031 | <a href="#">18/08/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 09/01/2017 | 8.772,39  | 8.772,39  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639334139</a> | 60800031799201072 | <a href="#">18/08/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 09/01/2017 | 8.772,39  | 8.772,39  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639335137</a> | 60800031835201006 | <a href="#">18/08/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 09/01/2017 | 8.772,39  | 8.772,39  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639337133</a> | 60800031860201081 | <a href="#">25/07/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 09/01/2017 | 8.857,79  | 8.857,79  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639340133</a> | 60800031905201018 | <a href="#">18/08/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 09/01/2017 | 8.772,39  | 8.772,39  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639341131</a> | 60800031888201019 | <a href="#">18/08/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 09/01/2017 | 8.772,39  | 8.772,39  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639342130</a> | 60800031867201001 | <a href="#">18/08/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 09/01/2017 | 8.772,39  | 8.772,39  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639343138</a> | 60800031830201075 | <a href="#">25/07/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 09/01/2017 | 8.857,79  | 8.857,79  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639344136</a> | 60800031808201025 | <a href="#">18/08/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 09/01/2017 | 8.772,39  | 8.772,39  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639345134</a> | 60800027263201033 | <a href="#">18/08/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 09/01/2017 | 8.772,39  | 8.772,39  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639346132</a> | 60800027537201094 | <a href="#">25/07/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 09/01/2017 | 8.857,79  | 8.857,79  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639347130</a> | 60800027317201061 | <a href="#">25/07/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 09/01/2017 | 8.857,79  | 8.857,79  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639348139</a> | 60800031900201095 | <a href="#">25/07/2016</a> | 30/09/2010 | R\$ 7.000,00  | 09/01/2017 | 8.857,79  | 8.857,79  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639397137</a> | 00058004078201361 | <a href="#">05/12/2016</a> | 05/11/2012 | R\$ 7.000,00  | 13/01/2017 | 7.947,80  | 7.947,80  | DC2  | 26,46 |
| 2081 | <a href="#">639510134</a> | 6080008877201165  | <a href="#">03/11/2017</a> | 20/04/2011 | R\$ 7.000,00  | 01/11/2017 | 7.000,00  | 7.000,00  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639634138</a> | 00058004024201303 | <a href="#">05/12/2016</a> | 05/11/2012 | R\$ 17.500,00 | 13/01/2017 | 19.869,50 | 19.869,50 | DC2  | 66,18 |
| 2081 | <a href="#">639891130</a> | 00058020699201219 | <a href="#">12/09/2016</a> | 09/03/2011 | R\$ 7.000,00  | 12/01/2017 | 8.694,69  | 8.694,69  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639900132</a> | 60800215574201158 | <a href="#">12/09/2016</a> | 17/10/2011 | R\$ 7.000,00  | 12/01/2017 | 8.694,69  | 8.694,69  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639901130</a> | 00058012634201291 | <a href="#">12/12/2016</a> | 28/11/2011 | R\$ 7.000,00  | 13/01/2017 | 7.786,10  | 7.786,10  | DC2  | 27,01 |
| 2081 | <a href="#">639902139</a> | 00058017006201201 | <a href="#">12/09/2016</a> | 17/10/2011 | R\$ 7.000,00  | 12/01/2017 | 8.694,69  | 8.694,69  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639903137</a> | 00058017143201237 | <a href="#">12/09/2016</a> | 19/10/2011 | R\$ 7.000,00  | 12/01/2017 | 8.694,69  | 8.694,69  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639904135</a> | 00058002476201261 | <a href="#">12/09/2016</a> | 13/12/2011 | R\$ 7.000,00  | 12/01/2017 | 8.694,69  | 8.694,69  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">639905133</a> | 00058012503201212 | <a href="#">12/12/2016</a> | 30/11/2011 | R\$ 7.000,00  | 13/01/2017 | 7.786,10  | 7.786,10  | DC2  | 27,01 |
| 2081 | <a href="#">640406145</a> | 00058018903201223 | <a href="#">14/03/2014</a> | 01/03/2012 | R\$ 8.000,00  | 30/10/2014 | 10.099,20 | 10.099,20 | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">640414146</a> | 00058022235201239 | <a href="#">14/03/2014</a> | 09/12/2011 | R\$ 8.000,00  | 30/10/2014 | 10.099,20 | 10.099,20 | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">640418149</a> | 00058023776201284 | <a href="#">12/01/2018</a> | 04/10/2011 | R\$ 4.000,00  | 12/01/2018 | 4.000,00  | 4.000,00  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">640428146</a> | 00058022271201201 | <a href="#">14/03/2014</a> | 08/12/2011 | R\$ 8.000,00  | 30/10/2014 | 10.099,20 | 10.099,20 | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">640429144</a> | 00058022218201200 | <a href="#">14/03/2014</a> | 27/02/2012 | R\$ 8.000,00  | 30/10/2014 | 10.099,20 | 10.099,20 | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">640434140</a> | 00058022305201259 | <a href="#">12/01/2018</a> | 08/12/2011 | R\$ 4.000,00  | 12/01/2018 | 4.000,00  | 4.000,00  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">640559142</a> | 00058028515201251 | <a href="#">21/03/2014</a> | 28/02/2012 | R\$ 8.000,00  | 30/10/2014 | 10.099,20 | 10.099,20 | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">640562142</a> | 00058028139201202 | <a href="#">21/03/2014</a> | 26/03/2012 | R\$ 17.500,00 | 31/10/2014 | 22.092,00 | 22.092,00 | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">640563140</a> | 00058028252201280 | <a href="#">21/03/2014</a> | 26/03/2012 | R\$ 17.500,00 | 30/10/2014 | 22.092,00 | 22.092,00 | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">640583145</a> | 60800139966201111 | <a href="#">21/03/2014</a> | 18/07/2011 | R\$ 4.000,00  | 30/10/2014 | 5.049,60  | 5.049,60  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">640584143</a> | 60800139964201114 | <a href="#">21/03/2014</a> | 18/07/2011 | R\$ 4.000,00  | 30/10/2014 | 5.049,60  | 5.049,60  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">640869149</a> | 00058025118201227 | <a href="#">31/03/2014</a> | 12/03/2012 | R\$ 4.000,00  | 30/10/2014 | 5.049,60  | 5.049,60  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">640874145</a> | 00058028098201246 | <a href="#">31/03/2014</a> | 26/03/2012 | R\$ 17.500,00 | 30/10/2014 | 22.092,00 | 22.092,00 | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">640964144</a> | 00058013948201392 | <a href="#">10/11/2017</a> | 07/02/2013 | R\$ 17.500,00 | 10/11/2017 | 17.500,00 | 17.500,00 | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">641040145</a> | 00058031212201215 | <a href="#">17/04/2014</a> | 05/04/2012 | R\$ 4.000,00  | 02/04/2014 | 4.000,00  | 4.000,00  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">641041143</a> | 00058022189201278 | <a href="#">17/04/2014</a> | 07/03/2012 | R\$ 4.000,00  | 30/04/2014 | 4.171,60  | 4.171,60  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">641113144</a> | 00058007164201325 | <a href="#">03/04/2017</a> | 15/12/2012 | R\$ 7.000,00  | 31/08/2017 | 8.647,80  | 8.647,80  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">641120147</a> | 00058007158201378 | <a href="#">12/05/2017</a> | 15/01/2013 | R\$ 7.000,00  | 20/09/2017 | 80.500,00 | 8.638,69  | PG * | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">641121145</a> | 00058055796201303 | <a href="#">22/05/2017</a> | 01/07/2013 | R\$ 7.000,00  | 22/05/2017 | 7.000,00  | 7.000,00  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">641164149</a> | 00058063528201357 | <a href="#">03/04/2017</a> | 18/06/2013 | R\$ 7.000,00  | 31/08/2017 | 8.647,80  | 8.647,80  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">641236140</a> | 00058022196201270 | <a href="#">05/05/2014</a> | 07/03/2012 | R\$ 8.000,00  | 30/10/2014 | 9.963,99  | 9.963,99  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">641289140</a> | 00058031391201291 | <a href="#">08/05/2014</a> | 09/04/2012 | R\$ 25.000,00 | 13/11/2014 | 31.375,00 | 31.375,00 | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">641404144</a> | 00058080986201270 | <a href="#">09/05/2014</a> | 10/08/2012 | R\$ 25.000,00 | 13/11/2014 | 31.375,00 | 31.375,00 | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">641789142</a> | 00058029249201283 | <a href="#">03/07/2014</a> | 26/03/2012 | R\$ 8.000,00  | 13/11/2014 | 9.898,40  | 9.898,40  | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">641790146</a> | 00058096599201255 | <a href="#">04/08/2017</a> | 30/10/2012 | R\$ 17.500,00 | 06/07/2017 | 17.500,00 | 17.500,00 | PG   | 0,00  |
| 2081 | <a href="#">641791144</a> | 00058096589201210 | <a href="#">04/08/2017</a> | 30/10/2012 | R\$ 17.500,00 | 06/07/2017 | 17.500,00 | 17.500,00 | PG   | 0,00  |

|      |                           |                   |                            |            |               |            |           |           |         |      |
|------|---------------------------|-------------------|----------------------------|------------|---------------|------------|-----------|-----------|---------|------|
| 2081 | <a href="#">641792142</a> | 00058096579201284 | <a href="#">04/08/2017</a> | 30/10/2012 | R\$ 17.500,00 | 06/07/2017 | 17.500,00 | 17.500,00 | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">641994141</a> | 00058019876201214 | <a href="#">10/07/2014</a> | 14/02/2012 | R\$ 7.000,00  | 13/11/2014 | 8.661,10  | 8.661,10  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">642019142</a> | 60800017067201151 | <a href="#">11/07/2014</a> | 28/09/2010 | R\$ 14.000,00 | 12/12/2014 | 17.439,79 | 17.439,79 | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">642065146</a> | 60840032076201103 | <a href="#">30/09/2014</a> | 30/08/2011 | R\$ 7.000,00  | 26/02/2015 | 8.728,29  | 8.728,29  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">642085140</a> | 00058030242201212 | <a href="#">17/07/2014</a> | 27/03/2012 | R\$ 8.000,00  | 13/11/2014 | 9.898,40  | 9.898,40  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">642203149</a> | 60800171108201117 | <a href="#">18/07/2014</a> | 28/09/2010 | R\$ 14.000,00 | 16/12/2014 | 17.439,79 | 17.439,79 | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">642351145</a> | 00058070350201309 | <a href="#">25/07/2014</a> | 28/08/2013 | R\$ 7.000,00  | 13/11/2014 | 8.661,10  | 8.661,10  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">642356146</a> | 00058070331201374 | <a href="#">25/07/2014</a> | 28/08/2013 | R\$ 7.000,00  | 16/12/2014 | 8.719,89  | 8.719,89  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">642357144</a> | 00058019882201263 | <a href="#">25/07/2014</a> | 14/02/2012 | R\$ 25.000,00 | 13/11/2014 | 30.932,50 | 30.932,50 | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">642358142</a> | 00058070345201398 | <a href="#">25/07/2014</a> | 28/08/2013 | R\$ 7.000,00  | 16/12/2014 | 8.719,89  | 8.719,89  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">642416143</a> | 00058070336201305 | <a href="#">28/08/2017</a> | 28/08/2013 | R\$ 7.000,00  | 28/08/2017 | 7.000,00  | 7.000,00  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">642417141</a> | 00058070341201318 | <a href="#">28/08/2017</a> | 28/08/2013 | R\$ 7.000,00  | 28/08/2017 | 7.000,00  | 7.000,00  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">642452140</a> | 00058028618201211 | <a href="#">08/08/2014</a> | 02/03/2012 | R\$ 4.000,00  | 16/12/2014 | 4.947,99  | 4.947,99  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">642480145</a> | 00058028638201291 | <a href="#">15/08/2014</a> | 26/03/2012 | R\$ 10.000,00 | 16/12/2014 | 12.369,99 | 12.369,99 | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">642488140</a> | 00058028595201244 | <a href="#">15/08/2014</a> | 01/03/2012 | R\$ 4.000,00  | 16/12/2014 | 4.947,99  | 4.947,99  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">642489149</a> | 00058028644201249 | <a href="#">15/08/2014</a> | 07/03/2012 | R\$ 4.000,00  | 16/12/2014 | 4.947,99  | 4.947,99  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">643040146</a> | 00058097213201311 | <a href="#">19/09/2014</a> | 30/10/2013 | R\$ 7.000,00  | 22/12/2014 | 8.595,30  | 8.595,30  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">643243143</a> | 00058107817201375 | <a href="#">02/10/2014</a> | 06/12/2013 | R\$ 17.500,00 | 22/12/2014 | 21.321,99 | 21.321,99 | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">643244141</a> | 00058106844201321 | <a href="#">02/10/2014</a> | 06/12/2013 | R\$ 17.500,00 | 22/12/2014 | 21.321,99 | 21.321,99 | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">643312140</a> | 00058042674201349 | <a href="#">03/10/2014</a> | 14/05/2013 | R\$ 17.500,00 | 22/12/2014 | 21.321,99 | 21.321,99 | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">643313148</a> | 0058043439201394  | <a href="#">03/10/2014</a> | 06/06/2013 | R\$ 7.000,00  | 22/12/2014 | 8.528,79  | 8.528,79  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">643357140</a> | 00058017626201401 | <a href="#">03/10/2014</a> | 27/11/2013 | R\$ 7.000,00  | 22/12/2014 | 8.528,79  | 8.528,79  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">643358148</a> | 00058030258201217 | <a href="#">03/10/2014</a> | 27/03/2013 | R\$ 4.000,00  | 22/12/2014 | 4.873,59  | 4.873,59  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">643359146</a> | 00058017633201403 | <a href="#">03/10/2014</a> | 14/10/2013 | R\$ 7.000,00  | 22/12/2014 | 8.528,79  | 8.528,79  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">643899147</a> | 00058062665201293 | <a href="#">31/10/2014</a> | 01/06/2012 | R\$ 7.000,00  | 27/11/2014 | 7.670,60  | 7.670,60  | Parcial |      |
|      |                           |                   |                            |            |               | 04/03/2015 | 26,16     | 26,16     | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">643900144</a> | 00058062662201250 | <a href="#">31/10/2014</a> | 01/06/2012 | R\$ 17.500,00 | 27/11/2014 | 19.176,50 | 19.176,50 | Parcial |      |
|      |                           |                   |                            |            |               | 04/03/2015 | 65,43     | 65,43     | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">643904147</a> | 00058066090201288 | <a href="#">31/10/2014</a> | 05/07/2012 | R\$ 17.500,00 | 27/11/2014 | 19.176,50 | 19.176,50 | Parcial |      |
|      |                           |                   |                            |            |               | 03/03/2015 | 65,43     | 65,43     | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">643905145</a> | 00058094385201325 | <a href="#">31/10/2014</a> | 02/10/2013 | R\$ 7.000,00  | 27/11/2014 | 7.670,60  | 7.670,60  | Parcial |      |
|      |                           |                   |                            |            |               | 04/03/2015 | 26,16     | 26,16     | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">644447144</a> | 00058073785201216 | <a href="#">23/03/2015</a> | 22/06/2012 | R\$ 17.500,00 | 20/04/2015 | 19.292,00 | 19.292,00 | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">644646149</a> | 00058056464201257 | <a href="#">08/12/2017</a> | 07/05/2012 | R\$ 7.000,00  | 08/12/2017 | 7.000,00  | 7.000,00  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">644657144</a> | 00058060708201264 | <a href="#">08/12/2017</a> | 21/03/2012 | R\$ 7.000,00  | 08/12/2017 | 7.000,00  | 7.000,00  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">645953156</a> | 60800102692201105 | <a href="#">23/03/2015</a> | 14/09/2010 | R\$ 14.000,00 | 20/04/2015 | 15.433,60 | 15.433,60 | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">647526154</a> | 60800253222201109 | <a href="#">03/07/2015</a> | 11/10/2011 | R\$ 7.000,00  | 20/10/2015 | 8.625,40  | 8.625,40  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">647842155</a> | 00058004515201427 | <a href="#">24/07/2015</a> | 11/01/2014 | R\$ 2.800,00  | 11/09/2015 | 3.311,84  | 3.311,84  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">647843153</a> | 00058006091201435 | <a href="#">24/07/2015</a> | 09/01/2014 | R\$ 10.000,00 | 11/09/2015 | 11.828,00 | 11.828,00 | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">647847156</a> | 00058067670201373 | <a href="#">24/07/2015</a> | 04/07/2013 | R\$ 7.000,00  | 11/09/2015 | 8.279,60  | 8.279,60  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">647853150</a> | 00058051844201467 | <a href="#">24/07/2015</a> | 22/05/2014 | R\$ 7.000,00  | 11/09/2015 | 8.279,60  | 8.279,60  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">647876150</a> | 00058059991201213 | <a href="#">24/07/2015</a> | 07/05/2012 | R\$ 17.500,00 | 11/09/2015 | 20.699,00 | 20.699,00 | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">647877158</a> | 00058061161201256 | <a href="#">24/07/2015</a> | 06/08/2010 | R\$ 1.400,00  | 11/09/2015 | 1.655,92  | 1.655,92  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">648054153</a> | 00058036942201211 | <a href="#">03/08/2015</a> | 17/04/2012 | R\$ 17.500,00 | 20/10/2015 | 21.369,25 | 21.369,25 | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">648059154</a> | 00058033720201238 | <a href="#">03/08/2015</a> | 09/04/2012 | R\$ 7.000,00  | 20/10/2015 | 8.547,70  | 8.547,70  | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">648060158</a> | 00058033688201291 | <a href="#">03/08/2015</a> | 09/04/2012 | R\$ 17.500,00 | 20/10/2015 | 21.369,25 | 21.369,25 | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">648061156</a> | 00058031396201213 | <a href="#">03/08/2015</a> | 09/04/2012 | R\$ 17.500,00 | 20/10/2015 | 21.369,25 | 21.369,25 | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">648062154</a> | 00058033710201201 | <a href="#">03/08/2015</a> | 09/04/2012 | R\$ 17.500,00 | 20/10/2015 | 21.369,25 | 21.369,25 | PG      | 0,00 |
| 2081 | <a href="#">648129159</a> | 00065008393201378 | <a href="#">07/08/2015</a> | 12/09/2012 | R\$ 17.500,00 | 20/10/2015 | 21.369,25 | 21.369,25 | PG      | 0,00 |

**Legenda do Campo Situação**

|                                                                                       |                                                             |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| DC1 - Decidido em 1ª instância mas ainda aguardando ciência                           | PU3 - Punido 3ª instância                                   |
| PU1 - Punido 1ª Instância                                                             | IT3 - Punido pq recurso em 3ª instância foi intempestivo    |
| RE2 - Recurso de 2ª Instância                                                         | RAN - Processo em revisão por iniciativa da ANAC            |
| ITD - Recurso em 2ª instância intempestivo , mas ainda aguardando ciência do infrator | CD - CADIN                                                  |
| DC2 - Decidido em 2ª instância mas aguardando ciência                                 | EF - EXECUÇÃO FISCAL                                        |
| DG2 - Deligências por iniciativa da 2ª instância                                      | PP - PARCELADO PELA PROCURADORIA                            |
| CAN - Cancelado                                                                       | GPE - GARANTIA DA EXECUÇÃO POR PENHORA REGULAR E SUFICIENTE |
| PU2 - Punido 2ª instância                                                             | SDE - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE POR DEPÓSITO JUDICIAL      |
| IT2 - Punido pq recurso em 2ª foi intempestivo                                        | SDJ - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE POR DECISÃO JUDICIAL       |
| RE3 - Recurso de 3ª instância                                                         | GDE - Garantia da Execução por Depósito Judicial            |
| ITT - Recurso em 3ª instância intempestivo , mas ainda aguardando ciência do infrator | PC - PARCELADO                                              |
| IN3 - Recurso não foi admitido a 3ª instância                                         | PG - Quitado                                                |
| AD3 - Recurso admitido em 3ª instância                                                | DA - Dívida Ativa                                           |
| DC3 - Decidido em 3ª instância mas aguardando ciência                                 | PU - Punido                                                 |

DG3 - Deligências por iniciativa da 3ª instância  
RVT - Revisto  
RVS - Processo em revisão por iniciativa do interessado  
INR - Revisão a pedido ou por iniciativa da anac não foi admitida

RE - Recurso  
RS - Recurso Superior  
CA - Cancelado  
PGDJ – Quitado Depósito Judicial Convertido em Renda

Registro 1 até 150 de 305 registros

➡ Páginas: [1] 2 3 [Ir] [Reg]

 Tela Inicial  Imprimir  Exportar Excel



## CERTIDÃO

Brasília, 08 de fevereiro de 2018.

### **CERTIDÃO DE JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA**

#### **474ª SESSÃO DE JULGAMENTO DA ASJIN**

**Processo:** 00058.059940/2012-91

**Interessado:** AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.

**Crédito de Multa n° ( SIGEC):** 647.863.158

**AI/NI:** 831/2012

#### **Membros Julgadores ASJIN:**

- Bruno Kruchak Barros - SIAPE 1629380 - Portaria n° 2026/2016 - Presidente da Sessão Recursal
- **Thaís Toledo Alves** - SIAPE 1579629 - Portaria ANAC n° 453/2017- **Relatora**
- Cássio Castro Dias da Silva - SIAPE 1467237 - Portaria ANAC n° 751/2017 - Membro Julgador

Certifico que a Assessoria de Julgamento de Autos em Segunda Instância – ASJIN da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão em segunda instância administrativa:

A **ASJIN**, por **unanimidade**, **NEGOU PROVIMENTO** ao recurso, **MANTENDO** a multa aplicada em primeira instância administrativa no valor de **R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais)**, em desfavor da empresa aérea **AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.**, por deixar de respeitar prioridade para o embarque dos passageiros que necessitam de assistência especial, contrariando o artigo 289, inciso I, da Lei 7.565/1986 c/c art. 21 da Resolução ANAC n° 09/2007 e anexo III, inciso IV, item 5 da Resolução ANAC 25/2008, nos termos do voto da Relatora.

Os Membros Julgadores votaram com o Relatora.



Documento assinado eletronicamente por **Thaís Toledo Alves**, Analista Administrativo, em



07/02/2018, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Kruchak Barros, Presidente de Turma**, em 08/02/2018, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Cassio Castro Dias da Silva, Técnico(a) em Regulação de Aviação Civil**, em 08/02/2018, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **1510183** e o código CRC **B135D6A2**.

---